

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 109.921 - MG (2019/0079646-1)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : FABRICIO RANGEL DOS SANTOS SILVA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por FABRICIO RANGEL DOS SANTOS SILVA - preso cautelarmente por infração, em tese, ao art. 33 da Lei n. 11.343/2006 - contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, no julgamento do HC n. 1.0000.18.131617-5/000, que denegou a ordem postulada, nos moldes sintetizados na seguinte ementa (e-STJ fl. 129):

HABEAS CORPUS – TRÁFICO DE DROGAS – ERRO DE TIPIFICAÇÃO – IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE POR ESTA VIA – CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS – IRRELEVANTES IN CASU – PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA – NÃO VIOLADO – INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 44 DA LEI 11.343/06 – A PRISÃO SE DETERMINA POR OUTROS FUNDAMENTOS – SUBSTITUIÇÃO DA PREVENTIVA POR OUTRA MEDIDA CAUTELAR – IMPOSSIBILIDADE – CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO – ORDEM DENEGADA.

- 1. Caberá ao juiz de primeira instância, em momento oportuno, após a análise de todas as provas, inclusive as que vierem a se mostrar na audiência de instrução e julgamento, julgar a causa e, caso seja necessário, alterar a tipificação dada.*
- 2. Supostas condições favoráveis, ainda que comprovadas, não impedem a prisão cautelar quando sua necessidade restar evidenciada por outros elementos. Precedentes do STF e STJ.*
- 3. Princípio da presunção de inocência não violado, vez que a prisão preventiva não se ancora em certeza da culpa, mas sim em indícios dela.*
- 4. A inconstitucionalidade do art. 44 da Lei 11.343/06 não é argumento suficiente para concessão de relaxamento de prisão preventiva quando outros elementos presentes in casu a autorizem.*

5. Ordem denegada.

Nas razões do presente recurso, a defesa alega, em síntese, que não há embasamento legal para a manutenção da prisão preventiva do recorrente, destacando que a referência à gravidade abstrata do delito não pode sustentar o decreto constritivo.

Aduz não estarem presentes os requisitos autorizadores previstos no art. 312 do CPP.

Afirma que o recorrente é mero usuário de drogas e faz tratamento específico, não podendo ser considerado traficante.

Sustenta que a reincidência não pode ser obstáculo para a observância do princípio constitucional da presunção de inocência.

Diante disso, requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva do recorrente.

O pleito urgente foi indeferido (e-STJ fls. 161/163).

Prestadas as informações (e-STJ fls. 176/177), o Ministério Público Federal manifestou-se pela prejudicialidade do recurso (e-STJ fls. 216/217).

É o relatório. **Decido.**

Consoante informações colhidas do *site* do Tribunal de origem, em 3/5/2019 sobreveio sentença condenatória nos autos da ação penal originária, tendo sido expedido alvará de soltura em favor do réu.

Assim, fica sem objeto o pedido contido na inicial, em que a defesa se insurgia contra a custódia cautelar do ora recorrente.

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo **prejudicado** o presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

